



FACULDADE ARI DE SÁ
CURSO DE PSICOLOGIA

LETICIA KAREN ARAUJO TABOSA

MONOPARENTALIDADE FEMININA E
VÍNCULOS AFETIVOS CONSTRUÍDOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

FORTALEZA

2023

LETICIA KAREN ARAUJO TABOSA

**MONOPARENTALIDADE FEMININA E
VÍNCULOS AFETIVOS CONSTRUÍDOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Psicologia pela Faculdade Ari de Sá.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barsi Lopes

Aprovado(a) em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Barsi Lopes
Faculdade Ari de Sá (FAS)

Profa. Dra. Áurea Julia Abreu
Faculdade Ari de Sá (FAS)

Profa. Dra. Maria Escobar
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

MONOPARENTALIDADE FEMININA E

A IMPORTÂNCIA DOS VÍNCULOS AFETIVOS CONSTRUÍDOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

TABOSA, Leticia Karen Araujo
BARSÍ, Daniel

RESUMO

Este artigo possui como principal finalidade discutir sobre a monoparentalidade feminina e seus atravessamentos, realizando um resgate histórico dos modelos de família e discutindo sobre as reconfigurações familiares, com o objetivo principal de compreender como se constrói a dinâmica na criação de vínculos afetivos na primeira infância em um contexto em que há apenas a presença da mãe e do(s) filho(s). Essa pesquisa bibliográfica, com caráter qualitativo, foi executada a partir da busca nas plataformas digitais: Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), Scientific Electronic Library (SCIELO) e Google Acadêmico. No que diz respeito à sustentação teórica, essa investigação versa, especialmente, sobre os conceitos de família, monoparentalidade feminina e vínculos afetivos. Além disso, contempla reflexões acerca da dupla jornada de trabalho que essas mulheres podem enfrentar e sobre as marcas do patriarcado ainda presentes na atualidade. Como principais conclusões levantadas pela pesquisa, podemos apontar que a monoparentalidade feminina é uma realidade cada vez mais presente na sociedade e que a grande maioria das mulheres que vivencia essa situação enfrenta diversos atravessamentos - como a falta de políticas públicas e o preconceito, por exemplo - no processo de construção de vínculos afetivos com seus filhos.

Palavras-chave: Monoparentalidade feminina. Família. Construção de vínculos. Primeira Infância.

ABSTRACT

This article's main purpose is to discuss female single parenthood and its consequences, carrying out a historical review of family models and discussing family reconfigurations, with the main objective of understanding how the dynamics are constructed in the creation of emotional bonds in early childhood in a context in which there is only the presence of the mother and child(ren). This bibliographical research, with a qualitative nature, was carried out through a search on digital platforms: Electronic Journals of Psychology (PEPSIC), Scientific Electronic Library (SCIELO) and Google Scholar. With regard to theoretical support, this investigation deals, especially, with the concepts of family, female single parenthood and emotional bonds. Furthermore, it includes reflections on the double working day that these women may face and on the marks of patriarchy still present today. As the main conclusions raised by the research, we can point out that female single parenthood is an increasingly present reality in society and that the vast majority of women who experience this

situation face several obstacles - such as the lack of public policies and prejudice, for example - in the process of building emotional bonds with their children.

Keywords: Female single parenthood. Family. Building bonds. Early Childhood.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo científico tem como objetivo discutir sobre a vivência da monoparentalidade feminina e verificar a importância do vínculo criado entre a mãe e o filho e sobre como isso impacta diretamente no desenvolvimento psicossocial da criança, analisando se a ausência da figura paterna atravessa o processo de formação emocional do infante. Nesse sentido, para seja possível abordar este objeto contemplando seus múltiplos aspectos, faz-se necessário, de início, resgatar questões históricas acerca da temática.

Em períodos de datas festivas, como dia das mulheres ou dia das mães, é comum vermos circularem textos, especialmente nas mídias digitais, que romantizam a sobrecarga de trabalho da mulher, que tem sido cobrada para exercer múltiplas funções, especialmente no que diz respeito ao cuidado com os filhos. Essa mulher, que, em diversas situações, não pode contar com uma rede de apoio, chefia sozinha a sua família, a sua casa, o seu lar.

A monoparentalidade feminina é um tipo de configuração familiar no qual a mãe exerce o papel integral no cuidado dos filhos, sem a presença da figura paterna. Apesar de existir de forma ampla no Brasil, trata-se de um conceito de família ainda pouco comentado (ou não explorado, pela produção acadêmica, da forma como deveria), tendo sido reconhecido pelo Direito Brasileiro com a promulgação da Constituição de 1988.

Em vista disso, cabe ressaltar a importância da relação da mãe com seu filho. Estudos de Winnicott (1999) apontam que, desde a gestação e durante toda a infância, o meio em que esse indivíduo está inserido pode ter grande influência em seu desenvolvimento, e que a mãe é a principal responsável pela construção da saúde mental de seu filho. Ainda de acordo com o mesmo autor (1999), os primeiros anos de vida são fundamentais para a formação do sujeito, e esse desenvolvimento precisa ser seguro, proporcionando à criança um ambiente que a auxilie no enfrentamento dos desafios de cada etapa do amadurecimento infantil.

Sendo assim, é válido destacar que a primeira infância, segundo o Ministério da Saúde (2022)¹, é o período que vai desde o nascimento do bebê até os seus seis anos de idade, sendo uma fase muito importante para o desenvolvimento mental e emocional da criança. É considerada uma etapa crucial para a construção de um indivíduo, pois

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia>
Acesso em: 23 de maio de 2023

estudos como o de Vygotski (1994) mostram que é justamente nessa fase que a criança passa por um processo de inserção em determinado contexto histórico-cultural, e tudo que for vivenciado, experimentado e estimulado nesse período, especialmente a questão dos vínculos afetivos, poderá proporcionar efeitos na sua vida.

O interesse de estudar mais sobre a importância das relações construídas na primeira infância surgiu de uma motivação pessoal de entender se crianças criadas em uma família monoparental feminina têm dificuldades para se desenvolverem plenamente no que diz respeito à construção de vínculos afetivos, e se há diferenças significativas nesse processo quando pensamos no cenário das famílias heteronormativas.

O vínculo afetivo pode ser entendido como uma maneira de estabelecer o cuidado e a proteção, bem como, da mesma forma, possibilitar o oferecimento de apoio à satisfação das necessidades básicas das crianças por parte dos responsáveis ou dos cuidadores (Winnicott, 1999). A construção de vínculo entre mãe e filho é iniciada desde a gestação, e pode ser um fator contribuinte para a formação da personalidade do sujeito, como também, na composição estrutural e psicológica do indivíduo. Para que exista um vínculo afetivo saudável a criança precisa de uma referência nessa fase, que dê suporte e desempenhe um papel primordial em seus primeiros anos de vida (Bowlby, 2002).

A questão central desta investigação volta-se à reflexão sobre como se dá o fenômeno da monoparentalidade feminina e apontar os impactos dessa configuração na construção do desenvolvimento afetivo na primeira infância. Dessa forma, notou-se a necessidade de apropriar-se da forma como a afetividade se faz presente nas relações entre a criança e a sua mãe, bem como verificar o impacto desse vínculo. Os objetivos específicos que nortearam a elaboração da pesquisa foram analisar as vivências da mãe solo na criação afetiva da criança e discutir de que modo a ausência da figura paterna nesse modelo de família atravessa o processo de formação emocional do infante.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que esta pesquisa tem caráter qualitativo, com natureza bibliográfica. A investigação se constituiu a partir de materiais bibliográficos já elaborados, compostos por artigos científicos que abordam a temática da monoparentalidade feminina e dissertam sobre a importância do afeto e da criação de vínculos na primeira infância.

Pretendemos, com os resultados dessa investigação, contribuir com a discussão, no âmbito da Psicologia, sobre as configurações familiares e seus impactos na

constituição psicossocial da criança, focando, especialmente, nas mães que têm responsabilidades no desenvolvimento saudável de um sujeito, tendo em vista que estas se encontram, muitas vezes, sozinhas, desempenhando esse papel de construção de vínculo como eixo norteador para a formação desse infante.

2 METODOLOGIA

Para contemplar os objetivos proposto, optou-se pela realização de um estudo a respeito da monoparentalidade feminina, no que diz respeito às famílias chefiadas por mulheres responsáveis pela criação de laços afetivos, construídos na primeira infância dos seus filhos, elaborando um breve resgate histórico acerca das marcas do patriarcado ainda presentes na contemporaneidade.

Sendo assim, o desenho metodológico que foi pensado para a realização da investigação foi baseado em uma pesquisa bibliográfica, que se trata de um estudo elaborado por meio de levantamento bibliográfico, por ocasião da revisão de obras publicadas sobre os conceitos teóricos que direcionaram o estudo acadêmico, o que demandou dedicação, leitura e análise pelo pesquisador para a execução da investigação, tendo como objetivo reunir e avaliar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.

Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é aquela “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Severino (2007, p. 122) complementa o raciocínio, quando afirma que a pesquisa bibliográfica se realiza pelo:

registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Tendo em vista a revisão de literatura do artigo, as análises dos dados extraídos de materiais coletados dizem respeito às discussões teóricas, buscando trabalhos que se debrucem de forma específica sobre a temática abordada, sendo avaliados através da frequência de artigos que falam do tema e a análise qualitativa da teoria presente no texto.

Ademais, foram utilizados materiais acadêmicos, textos científicos e documentos, como artigos científicos, dissertações, sites oficiais governamentais, além de leis sancionadas, pesquisados, especialmente, nos endereços eletrônicos Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), Scientific Electronic Library (SCIELO) e através da ferramenta de busca Google Acadêmico.

Esses materiais foram encontrados, especialmente, a partir da busca com os descritores “famílias monorapentais femininas”, “ausência da figura paterna”, “vínculos afetivos na primeira infância”. Foram utilizadas as palavras-chave “monoparentalidade feminina”; “família”; “construção de vínculos”; “primeira infância”, associadas com cada uma das demais palavras-chave. Posteriormente, foram feitos cruzamentos entre os descritores, com o objetivo de refinar os resultados da pesquisa. Os descritores em questão apresentaram uma relação direta com a temática do projeto, sendo constituídos pelo público, o campo e o objeto de estudo que permitiu compor a pesquisa.

Após isso, as publicações foram selecionadas a partir da aplicação dos critérios de inclusão. Para a seleção dos trabalhos, foi feita, inicialmente, a leitura dos títulos dos materiais obtidos na etapa de busca. Em seguida, foi executada a seleção a partir dos resumos dos textos cujos títulos foram selecionados. Foram excluídos, nesta fase, os trabalhos que não se articularam com os assuntos abordados na investigação, os materiais que não haviam sido escritos na língua portuguesa e os textos que não tinham sido disponibilizados de forma integral e com a devida referência bibliográfica. A terceira etapa, por fim, se deu através da leitura integral das obras. Além disso, foram considerados, também, os autores basilares para a contribuição com a discussão, mesmo que seus escritos tenham sido desenvolvidos há bastante tempo, mas que sejam ainda pertinentes nos dias atuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O CONCEITO DE FAMÍLIA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

A família, independentemente da sua configuração, é a primeira e principal instituição com a qual a criança tem contato e estabelece suas primeiras relações. Ao abordar o tema “família”, há certa tendência em conceituá-la de acordo com a sua idealização ou realidade vivida. Diante disso, é preciso conhecer qual a sua história e como se deram as múltiplas organizações presentes na atualidade. A origem da palavra

“família” deriva do latim “familya” e tem como principal significado a união de pessoas que vivem juntas no mesmo local, e, de acordo com Cachaputz (2004), esse local é onde essas pessoas encontram acolhimento. Ainda de acordo com o mesmo autor (2004), aponta que esta é uma organização social que se modifica ao longo dos anos, e é sob essa perspectiva que será exposto um breve resgate histórico sobre o conceito de família.

De acordo com Ariés (1981), a família medieval vivia uma realidade muito mais moral e social do que sentimental. Nesse cenário, a família não possuía uma função afetiva, as crianças só permaneciam em casa até cerca de nove anos de idade, quando eram levadas para outras casas, com o objetivo de aprenderem os serviços domésticos. Por conta disso, existia esse distanciamento entre as crianças e suas famílias, pois os infantes só retornavam na fase adulta ou sequer retornavam. As mulheres eram reconhecidas por sua função apenas reprodutora e cuidadora, e o casamento era parte de um negócio entre as famílias dos noivos, não havendo, desse modo, qualquer relação afetiva, visto que o casal, na grande maioria dos casos, nem se conhecia.

Foi somente no final do século XV que surgiu um sentimento familiar afetivo. Com a entrada das crianças na escola, os pais passaram a se preocupar mais com seus filhos, enviando-os cada vez menos a outras famílias. Foi um processo lento, que se estendeu através dos séculos XVI e XVII, por meio do qual as relações sentimentais passaram a estar cada vez mais presentes (Ariès, 1981). Nesse sentido, percebe-se aqui uma forte influência do patriarcado frente à submissão da família a uma autoridade maior (Costa, 1983; Roudinesco, 2003). Por volta do século XVIII o núcleo familiar passou a criar mais espaços de intimidade, gerando uma relação afetiva mais próxima entre pais e filhos.

Com a instauração da Modernidade, a partir do século XIX, vieram algumas mudanças nas relações conjugais. Nessa fase, surgiu a ideologia de que a união do casal deveria acontecer por amor, caracterizando um certo sistema de valores, como: amor entre os pais, maior interesse na educação dos filhos, valorização da maternidade e relações de poder entre o homem e sua mulher (Ariès, 1981; Costa, 1983; Reis, 2010; Roudinesco, 2003). De acordo com Silva (2010) e Roudinesco (2003), foi um modelo baseado no amor romântico, visto como algo que não poderia ser quebrado e com a forte presença da autoridade da figura paterna.

Neste modelo, é possível observar a presença forte de uma sociedade patriarcal, onde a mulher e o homem tinham seus papéis distintos dentro dessa constituição, sendo

atribuídas ao homem as tarefas de produção e sustento da família e às mulheres o papel das atividades domésticas e do cuidado com os filhos. Diante disso, a mulher dependia moralmente e economicamente do marido, sendo vista como sexo frágil, sem direito a ter interesse por atividades intelectuais, tradicionalmente sendo submissa à figura masculina, que era reconhecida como o mais forte e encarregado do direcionamento da sua família (Badinter, 1985; Roudinesco, 2003; Silva, 2010; Staudt e Wagner, 2008). Foi também nesse período que o amor materno-filial se fortaleceu, tendo em vista que a mãe passava mais tempo com o seus filhos (Reis, 2010).

Com a virada do século XIX veio o enfraquecimento do patriarcado como se conhecia até então, fazendo com que, gradualmente, o homem fosse perdendo sua posição hierárquica dentro da família (Pereira, 2011; Perucchi e Beirão, 2007; Petrini, 2005). O enfraquecimento da família nuclear está ligado tanto ao movimento feminista, que fez com que o estado criasse leis que melhorassem as condições de mulheres e crianças, que não eram considerados cidadão plenos, e estendesse a educação, nesse período, também às mulheres. Nesse momento, as principais pautas envolviam o direito à educação, a possibilidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, o direito ao voto e ao divórcio e o uso de métodos anticoncepcionais. Sendo assim, as pautas e os direitos conquistados passaram a ser vistos como os principais motivos de “crise” na organização familiar tradicional.

Atualmente, o cenário vem mudando e outros arranjos familiares vêm se instalando na sociedade, tais como as famílias homoparentais ou homoafetivas, as famílias monoparentais, as famílias recompostas ou reconstituídas, etc. Entretanto, por uma questão de delimitação da problemática, foi aprofundado o conceito de famílias monoparentais femininas, que são aquelas em que a mãe assume o papel solo na criação afetiva e econômica dos filhos, com o objetivo de verificar o impacto desse vínculo no desenvolvimento psicossocial da criança.

3.2 MONOPARENTALIDADE FEMININA E SEUS ATRAVESSAMENTOS

Segundo o que afirma Leite (2003), a família monoparental pode ser conceituada por aquela composta por apenas um genitor e seus filhos, ou seja, quando uma pessoa vive sem um companheiro ou cônjuge e é responsável pela criação de um ou vários filhos. De acordo com o mesmo autor (2003), essa situação, para a mulher, pode estar atrelada a diversas motivações, desde o momento em que ela se recusa a se submeter a

situações instáveis no relacionamento, como violência doméstica ou adultério, passando por situações de divórcio, óbito do cônjuge ou abandono, ou por meio da adoção de crianças de forma independente. Entretanto, no Brasil não é incomum que um dos principais elementos seja o fato de que muitas mulheres são abandonadas grávidas pelos seus parceiros.

Diante disso, por mais que tenha ocorrido uma reconfiguração do padrão de família patriarcal ou tradicional (Arrigada, 2000), devemos refletir sobre quais condições possibilitam essa ampliação do modelo de família monoparental feminina. Em boa parte das vezes não se trata de uma característica do processo de emancipação feminina ou mesmo da decisão da mulher de ter um filho de forma independente, mas sim por conta dos casos de divórcio, abandono da família por parte do homem ou mesmo daquelas situações em que o genitor fugiu assim que soube da gravidez e nunca registrou o próprio filho². Em vista disso, a família monoparental feminina não deveria ser vista como simplesmente um “fenômeno social dos tempos modernos”, conforme afirma Sousa (2008, p. 39), e sim como uma consequência das próprias marcas do patriarcado em nossa sociedade, que valida, aceita e naturaliza que os homens escapem de suas responsabilidades como pais. Por mais que o empoderamento feminino tenha tomado espaço nos últimos anos, ainda há muito que conquistar (Medeiros, 2003; Vieira, 2005).

Entre 2019 e 2021 o reconhecimento da paternidade diminuiu cerca de 30% nos cartórios brasileiros. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³ mostrou que no Brasil há mais de 11 milhões de mulheres que são responsáveis pela criação dos filhos sozinhas e que, dentre esse número, 63% dessas famílias estão abaixo da linha da pobreza. Ademais, é preciso apontar brevemente os fatores que essas mulheres podem enfrentar, como a falta de rede de apoio, as dificuldades econômicas e os diversos obstáculos para a inserção no mercado laboral.

As mulheres que chefiam famílias e que têm filhos dependentes encontram muito mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho do que as mulheres que não

² Dados de 2023 apontam que são cerca de 500 crianças registradas diariamente, no Brasil, sem o nome do pai.

Fonte: Correio Brasiliense

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/08/5116706-por-dia-quase-500-criancas-sao-registradas-sem-o-nome-do-pai-no-brasil.html>

Acesso em: 07 dez. 2023.

³ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/09/cartorios-registram-crescimento-de-maes-solo-no-brasil-em-cinco-anos>

Acesso em: 21 de maio de 2023

têm filhos. Bruschini (2007) comentou que o aumento de responsabilidades domésticas e fatores associados à maternidade afetam significativamente o desenvolvimento profissional das mulheres, resultando em condições de trabalho precárias, baixos salários e empregos de menor qualidade, gerando, na maioria das vezes, conflitos emocionais que podem afetar a saúde mental dessa mãe que enfrenta múltiplas jornadas de trabalho, buscando garantir um desenvolvimento pleno aos filhos, tentando conciliar, também, a presença na criação destes. Muitas dessas mães também enfrentam a falta de uma rede de apoio e optam pelo trabalho autônomo para ficar mais perto das crianças.

As mulheres chefes de família costumam ser também ‘mães-de-família’: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo quando as duas vítimas são encarnadas por uma só pessoa (Brito, 2009, p. 40).

Ou seja, essas mulheres acabam sendo responsáveis por cumprirem múltiplos papéis, sendo donas de casa, provedoras do lar, profissionais e, principalmente, mães, tendo que assumir o papel de genitor e genitora, sustentando emocional e economicamente os seus filhos.

3.3 VÍNCULOS AFETIVOS

Quando o assunto trata da criação de vínculos afetivos construídos na primeira infância, é preciso ponderar todas essas dificuldades encontradas por uma mãe solo. É necessário levar em consideração que a família, de um modo geral, é a principal instituição na qual uma criança se insere, e que antes de qualquer outra pessoa, normalmente, é com a mãe que o bebê tem o primeiro contato logo após seu nascimento. Moura e Ribas (2012), evidenciaram que o vínculo criado entre mãe e bebê é extremamente necessário para a formação dos processos emocionais do filho, contudo é essencial que a mulher esteja apta psicologicamente para que tenha condições de exercer esse papel tão primordial na vida da sua criança.

Bowlby (2002) propôs estudar sobre como o relacionamento da criança com os pais era desenvolvido e, para isso, desenvolveu a Teoria do Apego, que está relacionada ao tipo de vínculo que é estabelecido inicialmente com a mãe. Embora não seja a única figura com a qual o bebê se apegue, é geralmente com ela que é estabelecido esse vínculo maior, por passarem mais tempo juntos. De acordo com Bowlby e Ainsworth (1981, p. 73),

Uma criança precisa sentir que é objeto de orgulho para a sua mãe, assim como a uma mãe necessita sentir uma expansão de sua própria personalidade na personalidade de seu filho: ambos precisam se sentir profundamente identificados um com o outro. Os cuidados maternos com uma criança não se prestam a um rodízio; trata-se de uma relação humana viva, que altera tanto a personalidade da mãe quanto a do filho (Bowlby; Ainsworth, 1981, p.73).

Shonkoff e Richmond (2009, p. 3 *apud* Batipsta, 2012) complementam esse raciocínio quando afirmam que desde “a gravidez e ao longo da primeira infância, todos os ambientes em que a criança vive e aprende, assim como a qualidade de seus relacionamentos com adultos e cuidadores, têm impacto significativo em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social”.

Um aspecto imprescindível para a construção de vínculos afetivos de um infante relaciona-se ao suporte e apoio de suas primeiras relações. Segundo Procidano e Heller (1983), esse apoio pode ser demonstrado através do suporte emocional, psicológico e econômico oferecido à criança. Para os autores, essa prática de apoio é enxergada como um fator positivo, que, além de estimular a criação de um vínculo saudável, pode promover um humor positivo e o bem-estar na família.

É preciso considerar, entretanto, que nem todas as crianças possuem a oportunidade de ter uma mãe acolhedora e que lhe proporcione um vínculo afetivo pleno na primeira infância. Sendo assim, é preciso assinalar que a negligência desse suporte pode ocorrer nesse formato de família monoparental, principalmente quando ela não se dá a partir de uma escolha ou decisão da mulher, mas por motivações externas. Partindo do pressuposto que a mãe pode enfrentar situações vulneráveis, é válido ressaltar que isso pode implicar no processo de oferecer um ambiente seguro e de criação de vínculos, podendo ser um fator que implica no desenvolvimento da criança e no processo de construção de vínculos (Gonçalves, 2013; Rodrigues e Teixeira, 2011).

3.4 MÃE E A FIGURA PATERNA

É válido questionar-se se realmente uma mãe sozinha tem os recursos necessários para oferecer uma criação segura para seus filhos, mediante todas as implicações socioeconômicas e emocionais que enfrentam. Santos e Santos (2008) afirmam que esse modelo familiar pode apresentar maiores dificuldades na execução do seu papel na vida do filho, quando comparadas com uma família cujo dois genitores são presentes na criação (Marin e Piccinini, 2009). De um modo geral, por mais que tenham se estabelecido novas configurações familiares, a ausência de uma figura masculina na vida de uma criança é vista socialmente como negativa e como um fator que atrapalhe seu desenvolvimento (Sganzerla e Levandowski, 2010). Para a Psicanálise, a figura paterna não está associada apenas ao pai biológico, mas também na função assumida por um terceiro indivíduo que atue como mediador na relação entre mãe e filho, podendo este ser um avó, um tio, um amigo próximo da família ou algum outro sujeito que ocupe esse lugar (Aozani, 2014).

Segundo Eizirik e Bergmann (2004), a ausência paterna tem potencial para gerar conflitos no desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança, bem como influenciar o aparecimento de distúrbios agressivos no comportamento do indivíduo. Costa (1997 *apud*, Inês 2010), afirma que a presença do pai é indispensável na vida de um infante, pois é ele quem oferece proteção no período gestacional. Para este autor, a mãe é responsável pelo nascimento biológico do bebê, já a figura paterna seria responsável pela construção psicológica. Para Corneau (1991), o vínculo entre pai e filho pode favorecer o desenvolvimento de características fundamentais para o convívio em sociedade, possibilitando a criança expressar sua agressividade, desenvolver a autoafirmação, bem como explorar o meio social e a autodefesa.

Ramires (1997) propôs que seria importante que os cuidados infantis fossem compartilhados desde o início por homens e mulheres, pois, para o autor, o homem, além de um provedor econômico, também deve ser responsável pelas tarefas e pela educação dos filhos, ensinando às crianças um modelo de família em que a relação entre os pais seja de igualdade, e não um vínculo de poder hierárquico, mas sim de cooperação e complementação.

Contudo, como já foi mencionado anteriormente, as famílias têm se reconfigurado ao longo dos anos, os papéis sociais têm sido modificados e atualmente é mais comum encontrar famílias que dividem as tarefas domésticas e em que os cônjuges

têm suas trajetórias profissionais (Wagner, Tronco e Armani, 2011 *apud*. Cremasco 2013). Também é válido destacar que há famílias que, mesmo sendo compostas por pai e mãe, têm na figura feminina a principal provedora econômica, são os núcleos familiares em que a esposa ganha mais do que o marido ou este está desempregado (Fleck e Wagner, 2003).

A família monoparental também pode ser chefiada por um homem, mesmo sendo uma composição menos comum na sociedade, de acordo com Sutter e Bucher-Maluschke (2008). Esses pais tendem a desenvolver um bom vínculo afetivo com seus filhos, proporcionando condições favoráveis para o desenvolvimento e assumindo papel no cuidado, na educação e no afeto, contudo, na busca pela estabilidade financeira, a construção dos vínculos pode acabar sendo mais frágil, devido à redução do tempo que o homem passa com a criança (Ribeiro et al, 2011). Entretanto, a monoparentalidade masculina não é a problemática deste trabalho, que pretende, como um de seus objetivos específicos, avaliar se ausência paterna impacta no desenvolvimento afetivo na primeira infância.

3.5 FUNÇÕES PARENTAIS

A partir da Psicanálise, sabemos que a família é a principal organização responsável pela inserção da criança na cultura. Sendo assim, essa inserção parece se dar através das funções parentais sobre o infante. Existe certa tendência em localizar a mãe como responsável pelas atribuições impostas historicamente como “função da mãe”, assim como no pai o agente de função paterna (Kamers, 2005). Segundo a autora, é possível encontrar, na contemporaneidade, novas formulações acerca dessas funções, podendo ser elas executadas por qualquer outra pessoa, desde que exista alguém ocupando esse lugar.

Anderson e Hamilton (2005, *apud* Staudt *et al*, 2008) tiveram como objeto de estudo analisar qual era a representação que livros de histórias infantis traziam acerca do papel da mãe e do pai. Após analisarem cerca de 200 livros, foi identificado que a mãe sempre aparecia nas histórias como a principal responsável por disciplinar e educar os filhos. Em vista disso, quando se fala em criação, educação e sobrevivência dos filhos, a mãe parece ser a personagem principal a exercer essa função. Foi no iluminismo que se criou o ideal de uma boa mãe.

É em função das necessidades e dos valores dominantes de dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo. Segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe (Badinter, 1985, p. 26).

Rousseau (1995) parece corroborar com essa premissa trazendo a ideia de que o destino físico e moral da criança dependia totalmente da mãe, e seria através do papel de boa mãe, cumprido ou não, que classificaria o seu sucesso ou fracasso. Essa ideia no imaginário social parece estar presente até os dias atuais, gerando pressão e cobrança sobre a maternidade, como se fosse da natureza da mulher ser apenas esposa, mãe e dona de casa. Ademais, podemos perceber que não foram somente as ideias iluministas que supuseram as mulheres como seres de natureza materna, mas o próprio Freud, que, permeado pelos ideais de seu tempo, associou feminilidade e maternidade.

Segundo Manonni (1999), foi o movimento feminista que começou a provocar, de forma mais significativa, algumas modificações sobre os modos como a sociedade enxergava a questão do gênero, levando a um olhar mais voltado para a mulher, ampliando seus processos de individualização e alargando os seus horizontes para além do cuidado com o marido, o filho e a casa.

3.6 MÃES SOLO E VÍNCULOS AFETIVOS COM OS FILHOS: UMA CONTRIBUIÇÃO

Desde a Constituição de 1988 as crianças brasileiras têm seus direitos assegurados no que diz respeito à sua integridade física, social e emocional, de forma a promover seu desenvolvimento pleno, sendo esses direitos também reafirmados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. A expressão popular “Tudo começa em casa” quer comunicar que a família, ou quem exerce o papel de cuidado, é uma das instituições responsáveis na construção de uma primeira infância saudável. Nessa configuração familiar, a mãe é a principal figura que oferece cuidado, amor e vínculos positivos.

Como já foi mencionado, a monoparentalidade é entendida como núcleo familiar onde vive um pai ou uma mãe, sem cônjuge, com um ou mais filhos dependentes. Atualmente, já representa o segundo maior grupo familiar no Brasil, e a maioria é chefiada por mulheres (Sorj; Fontes; Machado, 2007). É válido destacar que as famílias monoparentais femininas nem sempre são resultado de divórcio ou abandono do cônjuge. Elas podem ser compostas por mulheres solteiras, viúvas ou por mulheres que coabitam com outros parentes, como mãe, pai, tio, amigo e outros agregados (Macedo et al 2008; 2012 apud. Cúnico, Arpini, 2014). Atualmente, de acordo com Féres-Carneiro (2011), essa composição familiar já é considerada autônoma em nossa sociedade e já faz parte de uma constituição contemporânea de família. Diante disso, pode-se pensar nesse modelo como uma alternativa viável de vida familiar (Verza, Sattler e Stray, 2015).

Ariane Oshirro foi enfática ao mencionar que “a infância é um chão que a gente pisa a vida inteira”. Apesar de a primeira infância ser uma fase do desenvolvimento mais curta do que as demais, ela é de suma importância, como a própria autora descreve, e como já foi mencionado anteriormente neste trabalho. Por mais que existam aspectos biológicos, psicossociais e econômicos, a família sempre vai ser o lugar de onde cada ser humano veio, a família por muitas vezes é considerada a base de cada indivíduo.

A família contemporânea busca relações afetivas de igualdade, parceria, segurança e compromisso quanto à criação dos filhos, por isso, ao longo dos anos, a autoridade e o poder sobre o núcleo familiar, que eram atribuídos apenas ao homem, vão se reconfigurando devido às recomposições familiares (Moreira e Toneli, 2015). Nesse sentido, segundo os postulados dos mesmos autores, pode-se pensar que a valorização da figura paterna pode ser fruto de uma posição historicamente enraizada no modelo de casal heterossexual, composta por homem e mulher. Diante disso, é preciso pensar na figura materna como plenamente apta, como qualquer outro sujeito, a criar seus filhos de maneira independente, e isso não ser visto socialmente como fracasso ou estigma de uma “família desestruturada”.

Infelizmente, ainda hoje a família monoparental feminina é vista como incompleta, já que não acompanha o modelo tradicional do imaginário social. Em vista disso, muitos estudos e diversos autores trazem a figura paterna como essencial na vida dos filhos, sendo essa presença mencionada por muitos deles como indispensável. De fato, criar um filho sozinha pode ser muito desafiador e solitário, por tanto, pode-se considerar que existam outras referências ocupando posições importantes na vida da

criança, seja ela um tio, um avô, um professor, e que não necessariamente coabitem no mesmo lar. Bevilaqua e Buaes (2012) destacam que as famílias chefiadas por mulheres podem possibilitar uma liberdade de escolha, principalmente quando a mulher resolve sair de um relacionamento abusivo para assumir uma nova relação consigo e com seus filhos.

Diante desse panorama, é dever do estado pensar em programas de apoio às famílias monoparentais femininas, com o objetivo de instruir essas genitoras a promoverem o desenvolvimento do seu filho. E, também, é importante que os profissionais de Psicologia, junto com outros profissionais, explorem mais esse modelo familiar, com o objetivo de desconstruir essas representações que podem dificultar o funcionamento pleno dessas famílias.

Também é necessária a criação de políticas públicas voltadas à inserção de mulheres no mercado de trabalho, proporcionando salários dignos e igualitários, pois, para construir vínculos seguros, essas mães precisam usufruir de condições físicas, emocionais e socioeconômicas favoráveis. Para se desenvolverem plenamente, as crianças devem ter não apenas suas necessidades básicas supridas, como alimentação, higiene e proteção física, mas, também, suas necessidades de conforto e segurança emocionais atendidas. Contudo, é necessária a atuação central do governo na criação de mais escolas em tempo integral para que essas mães consigam trabalhar, empresas privadas precisam se conscientizar sobre os processos de recrutamento e seleção, tendo em vista que muitas corporações optam por contratar, em sua grande maioria, homens ou mulheres sem filhos, tendo em vista a possibilidade da mulher com filhos necessitar se ausentar de alguma forma para dar suporte à criança. Além disso, é urgente que as instituições, sejam públicas ou privadas, possam oferecer flexibilidade de horário às suas funcionárias que são mães, bem como firmar parcerias com creches e demais espaços de acolhimento infantil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, percebe-se que as configurações familiares têm se reorganizado ao longo dos anos e que a família monoparental feminina vem apresentando-se como uma realidade cada vez mais presente. Sendo assim, é válido destacar que este estudo é importante por nos fazer refletir sobre a vivência da monoparentalidade feminina e contribuir para a discussão sobre a temática, ainda não

explorada como deveria pelo meio acadêmico. Dessa forma, a pesquisa também compreende a necessidade e a urgência de haver novas investigações, ainda mais aprofundadas, sobre o assunto, desmistificando a limitação dos “papéis” atribuídos às mulheres ao longo do tempo e que ainda estão presentes.

A partir dos resultados apresentados, é possível compreender como se organiza uma família chefiada por mulher e avaliar os fenômenos que ainda reverberam na sociedade. Um deles diz respeito ao fato de que diversas mulheres ainda enfrentam dificuldades de inserção no mercado laboral, o que acarreta que muitas delas se encontrem em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Por isso, é tão necessário que tanto os governos, como as instituições públicas e privadas, bem como o terceiro setor possam assumir essa conscientização de seu papel social na vida dessas mulheres. Para que seja possível a criação de vínculos afetivos positivos e saudáveis na vida dos filhos, nesse contexto, é necessário que as mães usufruam de condições dignas e igualitárias.

REFERÊNCIAS

ARRIAGADA, I. **Novas famílias para um novo século?** (Relatório publicado pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe). Chile, 2000.

AOZANI, Juliana Patrícia. **O lugar do pai na contemporaneidade**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: Ijuí, 2014. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/2667>. Acesso em 14 dez. 2023.

ALMEIDA, A. P. D. De. Quando o vínculo é doença: a influência da dinâmica familiar na modalidade de aprendizagem do sujeito. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 86, p. 201-213, 2011. Disponível em <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2807>. Acesso em 14 jun. 2023.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família** (2a ed.). (D. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: Guanabara. 1981. (Obra original publicada em 1973).

BOWLBY, John. **Apego: a natureza do vínculo**. V. 1, Trilogia Apego e Perda. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: O mito do amor materno** (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro. 1985 (Obra original publicada em 1980)

BABIUK, G. A. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social. **Seminário de Serviço Social**, Santa Catarina. Out. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180860> Acesso em: 23 maio 2023.

BARROS, A. H. S. **Do patriarcal ao monoparental: consumo material e a construção de identidade da família monoparental feminina**. DISSERTAÇÃO. Do Patriarcal ao Monoparental. Rio de Janeiro, v. 66 Mar 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1844>. Acesso em: 30 maio 2023.

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s010384862011000100007 Acesso em: 14 jun. 2023.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 537-572. 2007

BEVILAQUA, C. F., BUAES, C. S. Sentidos de chefia familiar feminina em contextos de comunidades populares. **Psicologia Argumento**, v. 30, p. 99-108, 2012.

CÚNICO, S. D. ; ARPINI, D. M. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, n. 43-44, p. 37-49, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3298>. Acesso em: 20 maio 2023.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar** (2a ed.). Rio de Janeiro. 1983

CREMASCO, Gabriela da Silva. Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: Pesquisas e Reflexões. **Aval. psicol.**, Itatiba , v. 12, n. 2, p. 279-280, ago. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000200020&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 dez. 2023.

CACHAPUZ, R. Da. Rosa. Da família patriarcal a família contemporânea: **Revista Jurídica**, vol. 4, n 1, 2004

CORNEAU, G. **Pai ausente filho carente**. (L. Jahn, Trad.). São Paulo, 1991

DAMIANI, C. C; COLOSSI, P. M. A ausência física e afetiva do pai na percepção dos filhos adultos. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 19, n. 2, p. 86-101, dez. 2015 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200008 Acesso em: 24 maio 2023.

GIL, A, Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, 2002

GONÇALVES, T. J. A. **Educação dos filhos em famílias monoparentais femininas: o contributo do Educador Social no desenvolvimento de competências sociais**.

Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências da Educação, Universidade Portucalense, Porto. 2013.

FÉRES, C. T., Ziviani, C., Magalhães, A. S. Questionário sobre a conjugalidade dos pais como instrumento de avaliação. **Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação** p. 251-267. São Paulo. 2007.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. spe, p. 31-38, 2003.

GUIGINSKI, J. T. ; WAJNMAN, S. **A penalidade pela maternidade**: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. v. 36, p. 1–26, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>. Acesso em: 25 maio 2023.

HENNIGEN, I. Especialistas advertem: O pai é importante para o desenvolvimento infantil. Fractal: **Revista de Psicologia.**, Porto Alegre v. 22, n. 1, p. 168-184. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000100013> Acesso em: 30 maio 2023.

KAMERS, Michele. As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. **Estilos clin.**, São Paulo , v. 11, n. 21, p. 108-125, dez. 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282006000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 dez. 2023.

LACERDA, N. Cartórios registram crescimento de mães solo no Brasil em cinco anos. **Brasil de Fato.** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/09/cartorios-registram-crescimento-de-maes-solo-no-brasil-em-cinco-anos>>. Acesso em: 23 maio 2023.

LEITE, E. Oliveira. **Famílias Monoparentais**: A situação jurídica de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal. 2 ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.

MARIA, SGANZERLA, Ilciane; CENTENARO, LEVANDOWSKI, Daniela. Ausência paterna e suas repercussões para o adolescente: análise da literatura. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 16, n. 2, p. 295-309, ago. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 dez. 2023.

MELO, S; *et al.* Influência das composições familiares monoparentais no desenvolvimento da criança: revisão de literatura. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v.

17, n. 1, p. 04-13, 2016 . Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5535402> Acesso em 02 jun. 2023.

MOEREIRA, L. E; TONELI, M. J. F. Abandono Afetivo e Paternidade em Instâncias Jurídicas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1257-1274, Out. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001442013> Acesso em: 02 jun 2023.

OLIVEIRA, D. E. S. D et al. **A importância da família para o desenvolvimento infantil e para o desenvolvimento da aprendizagem**: um estudo teórico.[s.l.:s.n.,s.d.].Disponível em:
https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522115524.pdf Acesso em: 16 maio 2013.

PEREIRA, R. C. **Divórcio**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: 2011.

PERUCCHI, J., & BEIRÃO, A. M. Novos arranjos familiares: Paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicologia Clínica**, v. 19(2), p. 57-69 2007.

PETRINI, J. C. Mudanças sociais e familiares na atualidade: Reflexões à luz da história social e da sociologia. **Memorandum**, v.8, p. 20-37. 2005

PATIAS, Naiana Dapieve et al . Representações Sociais sobre Feminismo em Brasileiros/as. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 1, p. 156-174, abr. 2021 .

PINO, Angel L.B. Processos de significação e constituição do sujeito. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 1, n. 1, p. 17-24, abr. 1993 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X1993000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 jun. 2023.

RODRIGUEZ, B. C; *et al.* Família e nomeação na contemporaneidade: uma reflexão psicanalítica. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina , v. 8, n. 1, p. 135-150, jun. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072017000100009&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 30 maio 2023.

RODRIGUES, G. A. R., TEIXEIRA, R. C. P. A falta de limites na relação pais e filhos e o papel da escola. **Revista da Graduação**, v. 4, p. 1-18. 2011

RAMIRES, V. R., **O exercício da paternidade hoje**. Rio de Janeiro, 1997.

ROSA, D.V.C et al. **A função do vínculo afetivo no desenvolvimento psicossocial da primeira infância**: orientações aos profissionais dos serviços de acolhimento institucional. UNISUL. Santa Catarina, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16713>. Acesso em: 16 maio 2023.

REIS, E. F. **Varas de família**: Um encontro entre Psicologia e Direito. Curitiba. 2010

RIBAS, A. F. P. MOURA, M. L. Responsividade materna: aspectos biológicos e variações culturais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, p. 368-375. 2007

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução por Lourdes Santos Machado. 5. ed. São Paulo, 1991. p. 215-320 (Coleção Os pensadores, 6)

ROUDINESCO, E. **A família em desordem** (A. Telles. Trad.). Rio de Janeiro. 2003

SANTOS, G. Dos. A relação mãe-bebê e a teoria do apego de John Bowlby em parceria com Mary Ainsworth frente às implicações na pós-infância e na vida adulta. **Caderno de graduação - ciências humanas e sociais - unit - sergipe**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 225, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/7731>. Acesso em: 20 maio 2023.

SUTTER, C. Bucher-Maluschke, J. S. N. Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. **Psico**, v. 39, p. 74-82. 2008.

SAÚDE, Ministério. Primeira Infância. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia>>. Acesso em: 23 maio 2023.

SEVERINO, A. Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SORJ, B., Fontes, A. MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 573-594. 2007

SHONKOFF, J. P.; RICHMOND, J. B. **O investimento em desenvolvimento na primeira infância cria os alicerces de uma sociedade próspera e sustentável**. 2009. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/textes-experts/pt-pt/2532/oinvestimento-em-desenvolvimento-na-primeira-infancia-cria-os-alicerces-de-uma-sociedadeprospera-e-sustentavel.pdf>.

SILVA, C. M; MEIRA, C. A; *et al.* **Relação mãe e bebê no desenvolvimento infantil sob a perspectiva winnicotiana** [s.l.: 2020?],. Disponível em: <<https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2020/12/Artigo-Relacao-mae-e-bebe-no-desenvolvimento-infantil-sob-a-perspectiva-winnicotiana-Pronto.pdf>>.

STAUDT, A. C. P., & WAGNER, A. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 10, p. 174-185. 2008

VERDIANI, E. ; SILVA, N. Da. A modernidade líquida: o sujeito e a interface com o fantasma. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 8, n. 1, p. 171–194, 2023. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/271/27180109.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2023.

VERZA, Fabiana; SATTLER, Marli Kath; STREY, Marlene Neves. Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 19, n. 1, p. 46-60, jun. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 dez. 2023.

VYGOTSKY, L. Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo, 1994

WINNICOT, W. Donald. **Os bebês e suas mães**. São Paulo, 1999.